Parte IV - Comunicação, Educação e Cultura

**Um olhar teórico-metodológico sobre processos de
intervenção e de extensão para o desenvolvimento
regional**

Cidonea Machado Deponti

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

DEPONTI, C. M. Um olhar teórico-metodológico sobre processos de intervenção e de extensão para o desenvolvimento regional. In: SOUSA, C. M., THEIS, I. M., and BARBOSA, J. L. A., eds. *Celso Furtado: a esperança militante (Desafios)*: vol. 3 [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2020, pp. 415-430. Projeto editorial 100 anos de Celso Furtado collection, vol. 3. ISBN: 978-65-86221-12-1. <https://doi.org/10.7476/9786586221688.0018>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Um olhar teórico-metodológico sobre processos de intervenção e de extensão para o desenvolvimento regional

Cidonea Machado Deponti¹

Introdução

ESTE ENSAIO OBJETIVA APRESENTAR E DISCUTIR ALGUMAS QUESTÕES relacionadas ao processos de intervenção e de extensão em contextos de desenvolvimento regional. Esta temática ainda é pouco tratada na área do Planejamento Urbano Regional e Demografia. No último Enanpur, em 2019, foi concedido um espaço específico para esta discussão, situação que podemos considerar um avanço e uma ação positiva no sentido de permitir a construção da troca de informações entre os pesquisadores que atuam com este tema. Em função disso, este ensaio, embora não pretenda ser conclusivo, procura ser reflexivo apostando na experiência de mais de dez anos em processos de intervenção e de extensão². Assim, pretendemos trazer para análise algumas aproximações teóricas do que entendemos sobre desenvolvimento regional e algumas experiências de extensão que poderão contribuir com a construção de passos metodológicos para ações de intervenção e de extensão.

Desenvolvimento regional: em busca de uma definição

Inicialmente, tomamos por base uma breve revisão dos principais autores que discutem o tema na área do desenvolvimento regional. De

1 Economista (UFMS-RS); Especialista em Desenvolvimento Rural e Agroecologia (UFRGS-RS); Mestre em Integração Latino-Americana (UFMS-RS); Doutora em Desenvolvimento Rural (UFRGS-RS); Pós-Doutora em sociologia do Desenvolvimento (PPGS/UFRGS). Pesquisadora e Professora Adjunta do Programa em Desenvolvimento Regional (UNISC-RS). Editora da Revista Redes. Diretora Sul da RETE. E-mail: cidonea@unisc.br.

2 Destacamos que para construção deste ensaio foram mobilizadas várias discussões já produzidas e publicadas por mim em outras oportunidades, como tese, artigos, aulas.

acordo com Theis (2019), desenvolvimento regional é algo que se situa entre a hipótese e a teoria, constituindo-se em uma teoria de médio alcance, uma espécie de guia para investigações empíricas. Para o autor, desenvolvimento regional é algo bom com que se procura combater algo ruim (desigualdades – sociais, econômicas e políticas). Estas só poderão ser extintas quando os membros das comunidades regionais recuperarem sua autonomia. Dessa forma, o autor sugere que o desenvolvimento regional busque aproximar-se da realidade sociocultural brasileira, dando visibilidade ao passado colonial, ao sofrimento dos povos originários, às mulheres e à diversidade da natureza.

Já Silveira (2020) destaca oito observações que devem ser levadas em consideração quando se trata de desenvolvimento regional, tais como: os significados de desenvolvimento e de desenvolvimento regional; a natureza do espaço geográfico onde os processos de desenvolvimento ocorrem historicamente; os conceitos de território, de territorialização e de territorialidade e sua importância para análise do desenvolvimento regional; a renovada importância da região nos estudos territoriais e nos processos de desenvolvimento; a escala espacial como produto social; a presença e o papel das redes em sua relação com o território e no desenvolvimento regional; a nova Divisão Territorial do Trabalho (DTT), com suas repartições espaciais e seu funcionamento no território regional; o papel das normas no processo de desenvolvimento regional. Para o autor este esquema de oito observações não é fechado, existindo outras categorias e conceitos que podem e devem ser acionados para auxiliar no desafio da compreensão da complexidade dos processos de desenvolvimento regional. Ainda destaca que “tão pouco as compreensões e significações das categorias e conceitos aqui apresentados são absolutas, ou se pretendem verdadeiras”. Para Silveira (2020) as observações buscam lançar luzes para o pensar e o fazer científico sobre a temática do desenvolvimento regional.

De acordo com Boisier (2000), o desenvolvimento regional é um processo de mudança estrutural que combina três dimensões: espacial, social e individual. Tal mudança estaria associada a um constante progresso da região, da comunidade ou da sociedade nela existente. Assim, para pensar o regional lança-se da perspectiva territorial, a fim de entender de forma mais endógena como esses processos ocorrem no espaço local.

Ainda para Etges e Degrandi (2013, p. 2), a compreensão de desenvolvimento regional no Brasil poderia ser explicada sob a base de dois enfoques principais. O primeiro - enfoque hegemônico que pauta muitos trabalhos científicos e documentos norteadores de políticas públicas - destaca que

“à medida em que as relações de produção tipicamente capitalistas vão tornando-se hegemônicas, as regiões tenderiam a desaparecer, uma vez que as especificidades que as teriam originado também desapareceriam”.

O segundo - evidenciado a partir da década de 1990, período em que o conceito de região é retomado sob um novo enfoque – enfatiza que as desigualdades fazem parte da própria lógica econômica do modo de produção capitalista, expressando-se pela concentração de capitais e de rendas, da qual deriva a exclusão econômica, social e, também, geográfica.

Enquanto para o primeiro enfoque as desigualdades regionais e a própria região são tomadas como obstáculos a serem superados ou descartados, para o segundo, são tidas como particularidades que podem e devem ser potencializadas, como forma alternativa e endógena de desenvolvimento regional (ETGES; DEGRANDI, 2013, p. 2).

Deste modo, pode-se concluir que a ideia de desenvolvimento regional, de acordo com os autores estudados acima, engloba conceitos como: região, território, mudança, atores, instituições, especificidades, particularidades, escalas, dinâmicas, endógeno, desigualdades, complexidade, capitais, recursos, entre outros. No nosso entendimento, desenvolvimento regional pode ser compreendido como um processo complexo e dinâmico de mudança social e espacial que depende da visão de mundo dos atores envolvidos. Assim, concordamos com Favareto (2006) e entendemos que não há uma teoria de desenvolvimento regional, que o regional pode ser encarado como uma categoria, sob o ângulo analítico, e um domínio da realidade, sob o ângulo empírico. O regional é uma escala (móvel) e um conceito, sendo um conceito carece de uma teoria, pois conceitos não existem sem teorias. Nestes termos, o desenvolvimento precisa ser operado por meio de uma teoria ou de alguma teoria que dê conta desta complexidade.

Desenvolvimento regional como intervenção, extensão e mediação

Nesse sentido, desenvolvimento é um processo de mudança social, complexo, multiator, multiescalar, multidimensional, carregado de heterogeneidades de práticas, de processos e de políticas, sem limites definidos no tempo e no espaço, que avança e retrocede. Considerando assim a ideia de desenvolvimento, para definirmos o conceito de desenvolvimento regional tomaremos por base teórica alguns conceitos advindos

da sociologia, da antropologia e da ciência política como a mediação, a alteridade e a agência.

O termo mediação é de fundamentação intervencionista e constituído por múltiplos processos de negociação. Este processo é de interface entre as partes envolvidas, nem de cima para baixo (*top-down*), nem de baixo para cima (*bottom-up*), mas de encontro, de interface, em que os diferentes conhecimentos se entrelaçam, tornando-se um híbrido, que valoriza tanto o conhecimento técnico quanto o saber-fazer. A mediação leva ao sentimento de pertencimento, ao fazer parte do processo. Quando se é parte, torna-se legítimo e legitimado, representado.

De acordo com Sardan (1995), a capacidade de conhecer e de compreender outros conhecimentos está no centro de sua função de mediador. No entanto, os mediadores, na maioria das vezes, não são formados para a competência da mediação e, assim, sua função de porta-vozes é posta em evidência, desenvolvendo uma mediação de maneira “imprópria e unilateral”. As citações do discurso técnico-científico passadas aos mediados serão reinterpretadas no interior do seu próprio sistema de conhecimentos e de sentidos.

O porta-voz realiza a atividade de tradução; “[...] transladar interesses significa, ao mesmo tempo, oferecer novas interpretações desses interesses e canalizar as pessoas para direções diferentes” (LATOURET, 2000, p. 194). Por isso, a noção de tradução incorpora uma ideia de poder. Quando um porta-voz fala em nome dos representados e de seus interesses, ele está se engrandecendo, tornando-se um ator coletivo que é capaz de falar através de uma só voz e representar o interesse de todos os silenciados a partir da representação. Portanto, tradução pode ser expressa por mediação. Traduzir é estabelecer-se como um porta-voz, exprimindo em sua própria linguagem o que os outros dizem e querem, como agem e como se associam uns aos outros.

Os porta-vozes são todos os agentes envolvidos nos diferentes estágios dos processos de representação. Falar pelos outros é em primeiro lugar silenciar aqueles em cujo nome se fala. Sendo assim, no exercício da mediação nem todos os agentes falam, porque existem os porta-vozes que representam, indiretamente pela mediação, o interesse dos outros. Essa ideia de porta-voz permeia as atividades de extensão tradicional em que o modelo, na maioria das vezes, é baseado na ideia de uma comunicação linear, em que o saber é adaptado e traduzido pelos mediadores aos mediados aos agricultores que são vistos, simplesmente, como destinatários passivos.

Um dos problemas dessa relação é o fato de a maioria dos projetos pré-definirem metas e resultados esperados, além de aporte de recursos financeiros. A mediação é um trabalho de longo prazo, de resultados pequenos no curto prazo, de muitas negociações de conflitos, de características contraditórias, de difícil assimilação e prática, de exigências de novas posturas de abertura e de flexibilidade. Os projetos de desenvolvimento não são desenvolvidos levando em consideração todas essas peculiaridades, e os mediadores em linha de frente têm a árdua tarefa de lidar com a complexidade do processo de mediação social/intervenção para o desenvolvimento regional.

A qualidade da mediação está justamente no desenvolvimento da capacidade de reflexão, de análise e de decisão dos mediados, considerando que as escolhas por estes últimos definidas poderão ser diferentes e diversas daquelas inicialmente propostas. A capacidade de transformar os mediados em sujeitos do processo de desenvolvimento coloca ao mediador a necessidade de um perfil flexível, maleável, diplomático. A dificuldade é essa transformação, a busca por um fazer diferente, a prática de novos saberes e, sobretudo, a aceitação da necessidade desse novo perfil.

A alteridade é outra característica relevante em processos de intervenção/extensão para o desenvolvimento, é a compreensão do outro a partir dele mesmo, não da nossa trajetória, mas dentro do sistema de sentido do outro, do seu conjunto de significado, de crenças e de costumes, do seu próprio pensar-agir-sentir. A alteridade discursiva se apoia, está claro, em um pressuposto de semelhança. O discurso do primeiro não se acha situado no mesmo plano que o discurso do segundo: o sentido que o mediador estabelece depende do sentido do mediado, mas é ele quem detém o sentido desse sentido — o mediador é quem explica e interpreta, traduz e introduz, textualiza e contextualiza, justifica e significa esse sentido (VIVEIROS DE CASTRO, 2002). A alteridade exige sensibilidade que é a capacidade de observar, compreender, se deixar entender, se permitir conhecer e ser conhecido.

A agência seria o terceiro elemento, aqui entendida com base em Weber que compreende os processos de desenvolvimento partindo da análise do comportamento dos indivíduos. No entanto, aprofundada em Antony Giddens que vislumbra a agência como:

Os agentes ou atores humanos [...] têm, como aspecto inerente do que fazem, a capacidade para entender o que fazem enquanto o fazem. As capacidades reflexivas do ator humano estão caracteristicamente envolvidas, de um modo contínuo, no fluxo da conduta cotidiana, nos contextos da

atividade social. Mas a reflexividade opera apenas parcialmente num nível discursivo. O que os agentes sabem acerca do que fazem e de por que o fazem - sua cognoscitividade como agentes - está largamente contido na consciência prática. Esta consiste em todas as coisas que os atores conhecem tacitamente sobre como “continuar” nos contextos da vida social sem serem capazes de lhes dar uma expressão discursiva direta (GIDDENS, 2009, p.25).

Nesses termos, agência é a capacidade de interferir em eventos, não necessariamente de modo intencional. Agir, mais do que pretender algo, é ser significativo na sua ocorrência, na medida em que a “ação depende da capacidade do indivíduo de ‘fazer uma diferença’ em um estado pré-existente de coisas ou curso de eventos” (GIDDENS, 1984, p. 14).

A agência humana não se refere às intenções que as pessoas têm ao fazer as coisas, mas à capacidade de elas realizarem essas coisas. Os agentes humanos têm capacidade de entender o que fazem enquanto fazem, eles sabem tacitamente como continuar, mas sem a capacidade de dar uma explicação discursiva direta. A noção de agência, portanto, apresenta importância estratégica para compreender o significado das redes sociais, garantir informações, formar opiniões, legitimar pontos de vista e, assim, gerar diferentes relações de poder. A incorporação de novas ideias e modos de comportamento carrega, simultaneamente, processos de transformação.

Ser capaz de “atuar de outro modo” significa ser capaz de intervir no mundo, ou abster-se de tal intervenção, com o efeito de influenciar um processo ou estado específico de coisas. Isso pressupõe que ser um agente é ser capaz de exibir (cronicamente, no fluxo da vida cotidiana) uma gama de poderes causais, incluindo o de influenciar os manifestados por outros. A ação depende da capacidade do indivíduo de “criar uma diferença” em relação ao estado de coisas ou curso de eventos preexistente. Um agente deixa de o ser se perde a capacidade para “criar uma diferença”, isto é, para exercer alguma espécie de poder (GIDDENS, 2009, p. 17).

Com isso, Long e Ploeg (2011, p. 27) lembram que a capacidade de agência, apesar de estar no indivíduo, depende também de um contexto social e de associações entre atores, ou seja, “as estratégias e construções culturais aplicadas pelos indivíduos não surgem do nada, mas são sim retiradas de um estoque de discursos disponíveis (verbais e não verbais)”.

O desenvolvimento regional expressa-se em termos diversos, nas particularidades do território e na valorização da especificidade. A compreensão do desenvolvimento regional como uma forma de intervenção, extensão e mediação implicaria em contribuir para transformação e para

dar autonomia aos envolvidos, possibilitando que eles próprios sejam capazes de resolver seus problemas e de criar novas práticas ou processos apropriados às suas condições específicas e de acordo com a sua vontade.

Na próxima seção procuraremos analisar as ações realizadas pelo Núcleo de Extensão Tecnológica e Gestão Rural para a Agricultura Familiar (NEGAF) à luz dos conceitos acima descritos.

Possibilidades metodológicas para ações de intervenção/extensão/mediação

Nesta seção serão apresentadas e discutidas algumas experiências de extensão junto ao NEGAF. O Núcleo foi criado, oficialmente, no ano de 2017, para atender demandas dos agricultores familiares no Vale do Caí, mas os membros da equipe atuam desde 2012 quando da realização de um Projeto Piloto em que 10 famílias de agricultores familiares participavam. Tal situação contribuiu para a qualificação de algumas atividades e também para a reflexão sobre algumas ações. A proposta aqui apresentada não oferece uma receita pronta ou uma solução para ações de extensão, apenas busca o questionamento e a reflexão sobre os erros e os acertos metodológicos realizados. Em outros artigos³ já tratamos das ações realizadas pelo NEGAF e das estratégias utilizadas para o envolvimento do público. Assim, neste ensaio procuraremos discutir os resultados dessas estratégias metodológicas e as possibilidades de utilização em ambientes e contextos de desenvolvimento regional. Nesse sentido, a experiência de extensão tecnológica aqui apresentada representa uma forma de intervenção realizada por determinados atores em uma realidade concreta. Neste caso, o projeto ora analisado representa o processo de intervenção de uma equipe de alunos, de professores, de pesquisadores e de demais atores da sociedade em um ambiente de agricultura familiar no Vale do Caí.

Processos de intervenção na prática costumam ser bem mais complexos do que a teoria é capaz de observar. Quando se trata de mobilizar pessoas para certa atividade, primeiramente devemos considerar que estas pessoas carregam sistemas de sentido, trajetórias, histórias diferentes das nossas e que, provavelmente, não seja a primeira vez que irão participar de uma atividade como a que estamos propondo. De modo geral, os agentes envolvidos em processos de mediação e a literatura sobre o tema

3 Deponti et al (2018); Deponti, Kist e Arend (2019); Deponti, Arend e Kist (2017).

destacam que “sempre são os mesmos que participam”. Tal fato, enseja a necessidade de **acionar a alteridade**. Esse conceito irá nos permitir nos despojar de nós mesmos e olharmos o outro a partir dele. Situação bem difícil de ser realizada, pois, na maioria das vezes, nos deixamos guiar pelo nosso acúmulo e visão de mundo não vislumbrando o outro a partir de sua trajetória e visão de mundo.

Assim, sugerimos como **primeira ação a escuta dos envolvidos**, a partir de seu depoimento. O primeiro contato é onde se desenvolve a empatia entre os participantes e também onde se dá início ao processo de pertencimento. Sentir-se parte de algo é uma das palavras-chave do processo de intervenção, de extensão e de mediação. Quando os participantes se enxergam no processo, quando eles visualizam seus projetos no processo o engajamento começa a se definir. No entanto, destacamos que esta ação, embora considerada primordial para o processo, realizada de forma isolada de outras, não é garantia de sucesso.

Em nosso caso, mobilizamos os agricultores em uma reunião na qual o objetivo era ouvir suas demandas. Esta ação buscou aproximar os objetivos do Núcleo aos objetivos dos agricultores, o que possibilitou um processo de construção coletiva da aprendizagem e do conhecimento. O processo de **construção coletiva** é outro desafio, pois exige que tanto os mediados como os mediadores larguem suas amarras. Isso significa que considerem tanto o conhecimento popular como o científico válidos e relevantes.

O diálogo estabelecido deve ocorrer na horizontal e não na vertical, não havendo disputa do conhecimento, mas partilha. A palavra-chave seria a negociação que implica reconhecer o outro e reconhecer a horizontalidade na relação. Dessa forma, não se pretendeu substituir um conhecimento pelo outro, mas construí-lo coletivamente, considerando o modo de “pensar-agir-sentir” próprio do grupo. De acordo com Freire (1984), seria uma intervenção que possibilitasse a revitalização da informação conforme a dinâmica cultural própria do meio. No tocante a este fato, a equipe do Núcleo optou por uma construção coletiva, ou seja, de aproximação dos sistemas de sentido, de aproximação da Universidade à Comunidade e do conhecimento científico ao conhecimento popular. Esse encontro de mundos distintos é desafiador, principalmente para os mediadores, pois a necessidade de construir algo juntos não permite o planejamento anterior e coloca o mediador frente ao mediado numa relação horizontal, de igual para igual.

Esse processo é caracterizado pela **interface social**, mais uma variável importante no processo de mediação. Quando a interface se estabelece, algo novo surge de um conhecimento que é híbrido e deve ser apropriado por todos os envolvidos. O estereótipo (rótulo) de que os agentes mediadores devem levar aos mediados soluções preparadas, prontas para melhorar a qualidade de vida e promover o desenvolvimento regional é um discurso de que o desenvolvimento seria algo generoso e com a intenção de mudar para melhor a vida dos outros. Entendemos e reforçamos que a ideia de desenvolvimento regional depende de outras variáveis e que o processo é dinâmico, complexo, multidimensional, multiator, multiescalar.

Outra questão que consideramos relevante em processos de desenvolvimento regional é a **heterogeneidade** de possibilidades, há um mosaico de práticas, de processos e de programas, mas também há especificidades no processo produtivo, na formação da família, na escolha dos cultivos. A grande dificuldade está em compreender cada caso e suas particularidades. Tal situação na prática também não é simples, pois geralmente os planos, programas e projetos são construídos desconsiderando essa heterogeneidade. O projeto de extensão tecnológica possibilitou a compreensão sobre a necessidade de se considerar as **particularidades concretas de todos os agricultores**, pois eles não podem ser analisados sob um mesmo patamar na medida em que se identificam diferenças no que tange aos sistemas de sentido, de significados e, especialmente, com relação as suas condições objetivas de vida (AREND; DEPONTI; KIST, 2016).

Os recursos dos agricultores são outros, são diferentes dos recursos dos mediadores, por isso, a consideração da assimetria de poder entre eles. O próprio silêncio pode ser considerado uma forma de poder. O silêncio do agricultor é, justamente, seu maior aliado, não representando aceitação, concordância, ou até mesmo passividade. O silêncio também é uma forma de manifestação, não sendo sinônimo de anulação. Os recursos dos agricultores concentram-se nas suas decisões, na forma de “tocar” o estabelecimento rural, nas redes formadas, nas suas organizações, nas diferentes maneiras de responder aos problemas. Esses recursos lhe dão a possibilidade de manobra e negociação (DEPONTI, 2010). Apesar de esses atores serem dotados de recursos de poder desiguais e desequilibrados, eles têm a capacidade, não retórica, mas real, de não fazer o que se espera deles ou de fazer diferentemente, apresentando margem de manobra, como a resistência e a recusa a participar, “formas invisíveis de agir dos mais desprovidos” (LONG, 2007, p.437).

Um outro aspecto considerado foi a **capacidade de agência** que significa ser capaz de “atuar de outro modo”, ser capaz de intervir no mundo, ou abster-se de tal intervenção, com o efeito de influenciar um processo ou estado específico de coisas. Embora, muitas vezes, a capacidade dos atores de responder a estas situações impliquem em reformular, traduzir significados, mudar definições e negociar posições, estas situações envolvem agência. Com base em Long (2007), verifica-se que a agência não é simplesmente o resultado de algum tipo de dom extraordinário, uma capacidade mística, um toque empreendedor ou uma manifestação do espírito inovativo adquirido por talentos individuais. A agência é gerada socialmente e é um fenômeno definido culturalmente, o que leva a diferentes formas de manifestação dependendo do contexto analisado. Assim, em algumas situações podemos até concluir que dificilmente ela exista. A noção de agência está incorporada nas relações sociais e só pode ser efetivada através dela.

Long (2007) ainda salienta que a habilidade de influenciar a ação dos outros depende fundamentalmente da existência ou da criação de redes de relações com atores relevantes ou com atores que podem mobilizar e envolver colaboradores em alguma tentativa de alcançar fins comuns ou pelo menos compatíveis. A agência não é um conceito de fácil percepção, pois ela pode estar presente no cotidiano, mas de acordo com Long (2007), ela é reconhecida quando se torna amplamente pública.

Na experiência analisada, observamos que a agência se apresenta de diversas formas: no silêncio, na negociação, na margem de manobra, no boicote, etc. Essas situações podem ser exemplificadas: quando os agricultores não aceitam as propostas mesmo quando elas foram definidas no coletivo, não havendo interesse por parte do agricultor, e sim resistência; quando criam e reforçam uma imagem de identidade estereotipada, de subordinação e de submissão para conquistar recursos materiais e alcançar reivindicações; quando o silêncio dos agricultores pode representar uma situação de manobra, de negociação e de poder, pois se reveste da possibilidade de exercer, assim, certo controle, prerrogativa, autoridade e capacidade para ação, mesmo que essa seja nos “bastidores” em momentos flutuantes.

As relações de poder geram resistência, acomodação e submissão estratégica, e emergem da interação de elementos de acatamento, de conformidade, assim como de desafio e de oposição. A subordinação implica também uma condição auto-imposta. Os agricultores aprendem a tratar com as intervenções externas, contra-argumentando ou mesmo

silenciando; criam espaços para manobrar, não se comprometendo com os planos elaborados ou improvisados pela parte externa e aprendendo a encontrar seu caminho, extrair benefícios, ainda quando isso signifique subordinar-se às normas externas, pelo menos na retórica.

A situação acima descrita pode ser somada a outra questão que é recorrente na literatura e no depoimento dos mediadores, a **ausência ou o desinteresse** por parte dos agricultores. A compreensão dessa situação pela equipe do NEGAF foi difícil, uma vez que a própria criação do Núcleo foi baseada na opinião e na demanda dos agricultores. Dessa forma, o desinteresse pelas discussões, palestras, reuniões, trabalhos de campo, visitas técnicas, etc. não se coadunava com a própria ação por eles demandada. Várias foram as tentativas de aproximação em torno dos processos de gestão rural, tais como: a seleção de multiplicadores entre os próprios agricultores; o acompanhamento dos agricultores em suas propriedades; o uso de caderno de controle de despesas e de receitas; o uso de cartilha para levantamento patrimonial; a realização de reuniões de análise individual de cada situação; a realização de diagnóstico para cada propriedade; a devolução das informações aos agricultores; a discussão em família dos resultados.

Em função do “descompasso entre inúmeros softwares e ferramentas de gestão e o baixo uso por parte dos agricultores, aliado à desconexão das ferramentas existentes com a capacidade e a necessidade dos agricultores” (DEPONTI, 2014, p. 11) nos sentimos desafiados a construir coletivamente alternativas de gestão e de controle mais apropriados pelos agricultores. No entanto, embora esta estratégia parecesse a mais acertada e consoante com a literatura no que se refere ao desenvolvimento do sentimento de pertencimento e de valorização do “saber-fazer” dos agricultores, na prática destacamos que a situação descrita exigiu a maturação de um processo de mediação social. Este processo não se assemelhou aos objetivos das políticas públicas e dos projetos de pesquisa e de extensão financiados pelas diversas organizações que em suas ações apresentavam prazos definidos, objetivos específicos, resultados esperados, metas a serem alcançadas (DEPONTI; AREND; KIST, 2017, p.12). Além desta constatação, também verificamos que a homogeneidade dos processos de controle econômico não respondem à heterogeneidade do rural, há especificidades no processo produtivo, na formação da família, na escolha dos cultivos. Salientamos que nem todas as propriedades necessitam de complexos controles gerenciais e contábeis. A grande dificuldade está em compreender cada caso quando se trata de gestão rural para a

agricultura familiar. Este descompasso entre o saber científico e o saber-fazer dos agricultores dificulta a continuidade de processos de gestão na propriedade, porque a dificuldade em alcançar a autonomia desmotiva os agricultores.

Salientamos ainda que o material desenvolvido pela equipe encontrava-se distante da necessária apropriação pelos agricultores familiares da região, pois se baseou no conhecimento científico com pequenas aproximações às necessidades e à realidade desses agricultores. Tal fato, ao mesmo tempo que dificultou a apropriação pelos agricultores, colocava-se como imprescindível para a qualificação da tomada de decisão em processos de gestão rural. Repostas a esta contradição ainda continuam sendo estudadas.

Nesse sentido, observamos vários desafios com relação à intervenção propriamente dita realizada, que, embora tenha se proposto mediar para construção coletiva do conhecimento, ainda encontra dificuldades de atuação, pois reconhecemos que, além do distanciamento entre o conhecimento produzido na universidade e o conhecimento popular, o processo de interface social para o encontro de mundos distintos é conflituoso, contraditório, complexo e lento. Contudo, é nesta interface entre a pesquisa e a extensão que a Universidade aproxima-se dos problemas reais e concretos da sociedade e que o desenvolvimento regional poderá se efetivar.

Considerações finais

Nosso intuito com este ensaio foi propor uma reflexão sobre a intervenção/extensão/mediação em processos de desenvolvimento regional, procurando a partir dele abrir um diálogo entre autores que discutam o tema na área do planejamento urbano e regional. Nossas análises se concentraram muito mais no que não deu certo do que no que poderá dar certo. Algumas vezes chegamos a denominar de “metodologia do fracasso”, já que nossa experiência nos ensinou mais com os erros do que com os acertos. Poderíamos aqui chamar, de acordo com Karen Knorr-Cetina (1981), de um processo de epistemologia da prática, em que a construção do conhecimento perpassa por processos empíricos que chamamos, coloquialmente, de “ensaio e erro”.

No entanto, agora nos cabe a difícil tarefa de sintetizar algumas questões –chave que poderão ser trabalhadas em futuros artigos e, quiçá, tornarem-se esclarecedoras para aqueles que se ocupam do tema da extensão.

- a participação limitada dos agricultores nas atividades de extensão realizadas, muitas vezes, independe do que será tratado. A atividade rural exige a dedicação do agricultor em diferentes horários e, este fato, dificulta a participação. No entanto, salientamos que quando o sentimento de pertencimento se apresenta, a participação torna-se mais efetiva. Assim, temos que pensar como desenvolver este sentimento de pertencimento? Como agir de forma que os agricultores se sintam parte do que está sendo realizado?

- a heterogeneidade dos agricultores no que se refere ao processo de produção (acesso aos mercados; capacidade de geração de renda e de acumulação; diversidade produtiva das propriedades; tipos de cultivo e de criações) e às características socioeconômicas (grau de escolaridade; composição familiar; disponibilidade de recursos) são elementos que dificultam uma generalização quanto à forma de ação. Assim, a prática da extensão geralmente, considera um determinado público, por exemplo: a agricultura familiar. No entanto, esta categoria é muito diversa, apresentando grandes disparidades, no tocante aos resultados e à forma de recepção das ações pelos mediados. Eles não podem ser analisados sob um mesmo patamar na medida em que se identificam diferenças no que tange aos sistemas de sentido, de significados e, especialmente, com relação às suas condições objetivas de vida. Devemos desenvolver a sensibilidade para tratar com esta situação, pois não podemos homogeneizar a heterogeneidade e também não podemos acionar uma forma de tratamento específica para cada agricultor, eis o grande dilema.

- os processos de intervenção/extensão/mediação devem priorizar a interface social que garanta o protagonismo dos agricultores. Esse protagonismo relaciona-se com a capacidade de agência, algo que acreditamos não poder ser desenvolvido entre os mediados. Há agricultores que apresentam agência e outros que não apresentam, por isso há comunidades que avançam em determinados processos e outras nas mesmas condições que não avançam. A compreensão do universo material, simbólico e intelectual dos agricultores familiares ainda se constitui como um desafio. Podemos aprender com as duas situações e desenvolver formas de aproximação entre mediados e mediadores.

Nesse sentido, o papel das Universidades torna-se fundamental especialmente no que se refere à garantia de que os agricultores familiares obtenham autonomia e tenham possibilidade de tomar suas decisões de forma segura, apropriados das informações necessárias para o processo de tomada de decisão (DEPONTI, 2014; AREND, DEPONTI, KIST, 2016).

Salienta-se que a intervenção realizada a partir das atividades do Núcleo de Extensão Tecnológica e Gestão Rural para a Agricultura Familiar apresentou resultados positivos, pois verificamos maior interação entre a universidade e a comunidade da região do Vale do Caí. Tal experiência nos permitiu a reflexão ao longo da prática sobre os processos de intervenção para o desenvolvimento regional. Nesta interface entre a pesquisa e a extensão que a Universidade aproxima-se dos problemas reais e concretos da sociedade.

Como resolver esta questão metodológica merece outro ensaio ou artigo, pois nossa limitação seguramente não poderá resolver. No entanto, sugerimos que possamos pensar através da experiência e criticar estes processos desde nossas próprias realidades.

Referências

AREND, S. C; DEPONTI, C. M.; KIST, R. B. B. O uso de TIC pela agricultura familiar no Território do Citrus Vale do Caí-RS. **Informe GEPEC**, Toledo, v. 20. n. 2, p. 71-84, jul./dez. 2016. Disponível em <e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/viewFile/15638/10982>. Acesso em 6 jul. 2018.

BOISIER, S. Desarrollo (Local): De qué estamos hablando? In: BECKER, D. F. e BANDEIRA, P. S. (Org.). **Desenvolvimento Local-Regional: determinantes e desafios contemporâneos**. V. 01. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000, p. 151-185.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O nativo relativo. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 113-148, Apr. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So104=93132002000100005-&lng=en&nrmiso>. Acesso em: 14 maio 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/So104-93132002000100005>.

DEPONTI, Cidonea Machado. **Intervenção para o desenvolvimento rural: o caso da extensão rural pública do Rio Grande do Sul**. 2010. 274f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

_____. As “agruras” da gestão da propriedade rural pela agricultura familiar. **Redes** (St. Cruz Sul, Online), Santa Cruz do Sul, p. 9-24, 2014. ISSN 1982-6745. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index>>.

php/redes/article/view/5150>. Acesso em: 29 abr. 2020. doi:<https://doi.org/10.17058/redes.v19i2014.5150>.

DEPONTI, C. M. et al. O processo de intervenção em projetos de extensão e a apropriação de tecnologias de gestão pela agricultura familiar no Vale do Caí. **Revista Jovens Pesquisadores**, Santa Cruz do Sul, v. 8, n. 2, p. 61-70, jul. 2018. ISSN 2237-048X. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/jovenspesquisadores/article/view/11819>>. Acesso em: 02 maio 2020. doi:<https://doi.org/10.17058/rjp.v8i2.11819>.

DEPONTI, C.M., AREND, S. C., KIST, R.B.B. O uso e a apropriação de Tecnologias de Informação e de Comunicação (TICs) pela Agricultura Familiar no Vale do Caí – RS: **Relatório de Pesquisa**. Edital MCTI/CNPq/Universal 14/2014. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2017. 121p.

DEPONTI, C.M.; KIST, R.B.B.; AREND, S. C. Ações de Extensão como Intervenção para o Desenvolvimento Regional: Relato de Experiência do NEGAF/UNISC-RS. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 18, 2019, Natal. **Anais...** Natal: Anpur, 2019. Disponível em <<http://anpur.org.br/xviiienanpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=378>>. Acesso em 12 maio 2020.

ETGES, Virginia Elisabeta; DEGRANDI, José Odin. Desenvolvimento regional: a diversidade regional como potencialidade. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, Blumenau, v. 1, n. 1, p. 85-94, mar. 2013. ISSN 2317-5443. Disponível em: <<https://proxy.furb.br/ojs/index.php/rbdr/article/view/3649>>. Acesso em: 14 maio 2020. doi:<http://dx.doi.org/10.7867/2317-5443.2013v1n1p085-094>.

FAVARETO, Arilson da Silva. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão - do agrário ao territorial**. 2006. 220f. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. doi:10.11606/T.90.2006.tde-24042008-113514. Acesso em: 18 mar. 2020.

FREIRE, Isa Maria. Comunicação de Informações tecnológicas para o meio rural. **Ci Inf.** v.13, n.1, p. 67-71, jan-jun, 1984.

GIDDENS, A. **A constituição da sociedade**. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

_____. **The constitution of society**: an outline of the theory of structuration. Cambridge: Polity Press, 1984.

KNORR-CETINA, Karen. **The manufacture of knowledge**: An Essay on the Constructivist and Contextual Nature of Science. Oxford: Pergamon Press, 1981. Disponível em <[http://www.philsci.univ.kiev.ua/UKR/courses/asp/asp-lit/\[Karin_D._Knorr-Cetina,\]_The_Manufacture_of_Knowledge\(BookFi.org\).pdf](http://www.philsci.univ.kiev.ua/UKR/courses/asp/asp-lit/[Karin_D._Knorr-Cetina,]_The_Manufacture_of_Knowledge(BookFi.org).pdf)>. Acesso em 14 mar. 2020.

LATOUR, Bruno. **Ciência em ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Editora Unesp, 2000. 438 p. (Biblioteca Básica).

LONG, Norman. **Sociología del desarrollo**: una perspectiva centrada en el actor. México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social, 2007. 504 p.

LONG, N.; PLOEG, J. V. D. Heterogeneidade, ator e estrutura: para a reconstituição do conceito de estrutura. In: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (Org.). **Os atores do desenvolvimento rural**: perspectivas teóricas e práticas sociais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p.21-47, 2011.

SARDAN, J. P. O. **Anthropologie et développement**: essai en socio-anthropologie Du changement social. Paris: APAD-Karthala, 1995. 221 p.

SILVEIRA, R. L. L. Oito observações para pensar teórica e metodologicamente o desenvolvimento regional: uma contribuição ao debate. In: SILVEIRA, R.L.L.; DEPONTI, C.M.; FELIPPI, A.T. (Org.). **Refletindo sobre o Desenvolvimento Regional**: Contribuições do PPGDR da UNISC. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2020 (no prelo)

THEIS, I. M. O que é desenvolvimento regional? Uma aproximação a partir da realidade brasileira. **Redes** (St. Cruz Sul, Online), Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 3, p. 334-360, set. 2019. ISSN 1982-6745. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/13670>>. Acesso em: 18 mar. 2020. doi:<https://doi.org/10.17058/redes.v24i3.13670>.